Uma revisão de literatura: Políticas Públicas e os Cuidados Paliativos no Brasil

A literature review: Public Policies and Palliative Care in Brazil

https://doi.org/10.5335/rbceh.?????????



Brenda Natallie Girardi de Almeida¹, Cristina Fioreze²

Resumo

Este trabalho discute sobre os achados de literatura referente às políticas públicas e os cuidados paliativos no Brasil, para isso, foram explorados artigos que tratam da temática. Esta é uma pesquisa de caráter exploratório, de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico, na forma de revisão narrativa, possuindo como principal objetivo a aproximação com a temática pretendida. Com base nas leituras, foi possível identificar que ainda há uma grande carência em relação a políticas intersetoriais que tragam os cuidados paliativos como estratégia de cuidado e ampliação da qualidade de vida, mostrando a necessidade de elaborar, implementar e avaliar políticas que abordem essa estratégia de forma interdisciplinar, para além do olhar clínico.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos. Intersetorialidade. Políticas Públicas.

¹ Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano, Passo Fundo/RS, Brasil. ² Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano, Passo Fundo/RS, Brasil.

Introdução

A importância da temática em discussão justifica-se em razão do pouco conhecimento da sociedade em relação aos cuidados paliativos, visualiza-se que enquanto política pública, esta possui tímidos avanços no Brasil. O grande objetivo desta revisão de literatura é explorar as pesquisas referentes ao tema para conhecer o que as pesquisas têm apontado nos últimos anos e a partir disso, dar continuidade à produção de novos conhecimentos na área.

Materiais e métodos

Este trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória, qualitativa, bibliográfica narrativa, desenvolvida durante os meses de agosto e setembro de 2022. As fontes da pesquisa foram buscadas nas seguintes plataformas de base de dados: Portal Periódicos CAPES, Google Acadêmico e PubMed. Nestas três plataformas são pesquisadas as seguintes palavras-chaves "políticas públicas" e "cuidados paliativos". Foram selecionados 5 artigos, publicados entre os anos de 2014 e 2019, considerando sua contribuição para a análise e reflexão das políticas públicas brasileiras em relação à temática dos cuidados paliativos.

Resultados e discussão

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), a prática em Cuidados Paliativos melhora a qualidade de vida das pessoas, promovendo dignidade e conforto, podendo também influenciar positivamente o curso da doença grave ou com risco de vida. Os cuidados paliativos são relevantes para pessoas que vivem sequelas físicas, psicológicas, sociais ou espirituais, sendo que a equipe de saúde continua a acompanhar os familiares em luto após a morte do paciente, quando necessário. Trata-se de fornecer o tratamento necessário para atingir um nível adequado de conforto, no contexto dos valores do paciente, o que deve ser acessível em todos os níveis do sistema de saúde e nos domicílios dos pacientes. O cuidado domiciliar, em cuidados paliativos, prevê que a equipe de saúde esteja próxima, acompanhando a trajetória, auxiliando no alívio de sintomas, oferecendo suporte emocional ou articulando as políticas públicas para prover condições sociais para que seja possível efetivar um plano de cuidado que respeite às necessidades básicas do sujeito e de sua família, levando-se em consideração o contexto social vivenciado.

A partir disso, é possível refletir sobre como as políticas públicas intersetoriais são formuladas para responder às demandas das populações portadoras de diagnóstico que ameaça a vida. A pesquisa nas bases de dados encontrou uma lacuna entre a efetivação do cuidado paliativo e as políticas de proteção social. Voltando-se à questão da construção de políticas públicas, Frossard (2016), refere que

Torna-se necessária a integração de diferentes áreas de conhecimento para o desvendamento de problemas de natureza pública e política. O estudo das políticas sociais e da administração pública depende da identificação de problemáticas advindas de cada realidade para a elaboração de leis prevendo

comportamentos sociais e a antecipação de políticas efetivas" (FROSSARD, 2016, p. 643).

Frossard (2016) aborda as relações entre Política de Assistência Social e Política de Saúde, destacando a Política Nacional de Humanização como a lei competente em "pensar além do controle de dor e de sintomas, da criança ao idoso, estendendo os cuidados na perspectiva da prevenção de situações-limite" (FROSSARD, 2016, p.651).

Ugarte (2014), em sua pesquisa, refere que a OMS reconhece a importância de incluir os cuidados paliativos nos serviços de saúde, em especial em razão do envelhecimento da população e o aumento de doenças crônicas não transmissíveis de todo o mundo. Afirma que, de acordo com o Atlas Mundial de Cuidados Paliativos da OMS, cerca de 80% da demanda mundial de cuidados paliativos ocorre em países de baixa e média renda e defende que todos os países precisam incluir os cuidados paliativos como uma parte essencial dos sistemas nacionais de saúde existentes (OMS, 2014). No mesmo sentido de Frossard (2016), Ugarte (2014) também refere que para integrar uma política nacional é necessário que haja investimento em política de governo, política educacional e política de medicamentos.

Callaway et al (2018), apresenta em sua pesquisa a trajetória para construção do Roteiro de Cuidados Paliativos, documento construído durante 15 anos na África, América Latina e Ásia Ocidental. Este roteiro é um modelo para organizações governamentais e não-governamentais implementarem uma política de cuidados paliativos em países com recursos limitados. O que se sugere para a efetivação do trabalho é a divisão de subgrupos (política, finanças, jurídico, educação, política de medicamentos e implementação e integração). Através desse projeto, é possível identificar os obstáculos a serem superados para que os cuidados paliativos sejam integrados aos sistemas nacionais de saúde.

Santos et al (2019), avaliou algumas estimativas, sendo elas: população com necessidade de cuidados paliativos, leitos hospitalares, o tipo de leito, unidades de internação, pessoal necessário e profissional com formação em cuidados paliativos, chegando a conclusão que se faz necessário a ampliação das redes de atenção à saúde, a nível nacional, considerando em especial o envelhecimento populacional para os próximos anos.

Alves et al (2019), reflete sobre a Política Nacional de Humanização, que possui relação direta com a prática do cuidado paliativo, uma vez que prevê dignidade humana. Ainda, nos princípios da Bioética e aliando-se aos princípios dos cuidados paliativos, é previsto o respeito à autonomia. Os autores recordam também que as atividades relacionadas aos cuidados paliativos precisam ser regularizadas na forma de lei, ou seja, antes mesmo de haver uma política a nível nacional, é necessário haver essa regularização.

Por fim, visualizando as leituras feitas sobre o tema que se propôs explorar, torna-se claro que a elaboração, financiamento e avaliação de uma política nacional em cuidados paliativos no Brasil se faz imprescindível como estratégia para melhorar a qualidade de vida das pessoas e aliviar o sofrimento.

Conclusão

O Brasil ainda não avançou na construção de políticas públicas que tragam a temática dos cuidados paliativos, efetivamente. Hoje, o Brasil está elencado como um dos piores países em índice de qualidade de morte, bem como possui uma das taxas de desigualdade socioeconômica mais acentuadas do mundo. Muito é necessário em termos de políticas públicas para avançarmos no projeto de Bem-Estar Social no Brasil, uma Política Nacional de Cuidados Paliativos pode ser uma das estratégias para o aumento do nível de qualidade de vida.

Agradecimentos

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), que permite através de seu financiamento que seja possível dar prosseguimento a essa pesquisa.

Referências

ALVES, R.S.F. et al. Cuidados Paliativos no Fim da Vida. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, e185734,1-15, Paraíba, 2019.

CALLAWAY M.V. et al. World Health Organization Public Health Model: A Roadmap for Palliative Care Development. New York, 2018, Journal of Pain and Symptom Management, vol. 55 no. 2S.

FROSSARD, Andrea. Os cuidados paliativos como política pública: notas introdutórias. Fundação Getúlio Vargas, Cadernos EBAPE. Rio de Janeiro, 2016.

OMS - Organização Mundial da Saúde. Programas nacionais de controle do câncer: políticas e diretrizes gerenciais, 2ª ed. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

SANTOS C.E. et al. Palliative care in Brasil: present and future. Revista da Associação Médica Brasileira, 2019; 65(6):796-800.

UGARTE, Olivia. Contexto normativo dos cuidados paliativos no SUS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Especialização em Saúde Coletiva e Educação na Saúde. Brasília, 2014.